

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
– COMMAM NO ANO DE 2021, REALIZADA NO DIA 02 DE MARÇO**

No dia 02 de março de 2021, os integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Pedro Leopoldo reuniram-se de forma online, através do aplicativo Google Meet (<http://meet.google.com/npx-sjmf-cuo>), devido a pandemia de COVID 19, para realização da 1ª reunião extraordinária do Conselho no ano de 2021. O início da sessão se deu as 14:07 h. Na reunião, presidida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Presidente do COMMAM, o Sr. Mauro Lobato Martins, estavam presentes: a Sra. Márcia Helena Costa, representante suplente da Secretaria de Planejamento Urbano; a Sra. Márcia Adriane Lopes, representante suplente da Sociedade Civil Organizada – Associação Magalhães; o Sr. Múcio Túlio Teixeira Alvim, representante titular dos mineradores; a Sra. Conceição Lima Lopes, representante titular das ONGS; a Sra. Raisa Karina Costa, representante titular da ASEP; o Sr. Amarílio Pimenta de Lucena Ruas, representante suplente da Sociedade Civil Organizada – Lyons; o Sr. Roni Nazário de Oliveira, representante suplente da Secretaria de Saúde; a Sra. Emilene Freitas, representante titular da Sociedade Civil – COOPERENGES; a Sra. Isabella Vieira Santos, representante titular da Administração Estadual – COPASA. Na qualidade de ouvintes, convidados e membros da Secretaria de Meio Ambiente, estiveram presentes a Sra. Silvany Geralda Corrêa, Assessora Técnica da Secretaria de Meio Ambiente, a Sra. Germânia Florência Pereira Gonçalves, Assistente Administrativa da Secretaria de Meio Ambiente, o Sr. Osimar Santos, a Sra. Aline Dias da Frente Socioambiental e o Sr. Guilherme Indiano, advogado da empresa 1.000 Rotas. Iniciou-se a reunião do COMMAM, presidida pelo Sr. Mauro Lobato Martins, com retorno do pedido de vistas para análise de solicitação de intervenção em área de preservação permanente pela empresa 1.000 Rotas para construção de rampa de acesso a garagem ao prédio, situado a Rua Cristiano Otoni, nº 209, Centro, Pedro Leopoldo. O Sr. Mauro Lobato voltou a explicar que foi feito um projeto, com o menor impacto ambiental possível e abriu para discussões. O Sr. Mauro Lobato ressaltou que o Conselho deve avaliar a intervenção e não a obra técnica, visto que a parte técnica é de competência do setor de Planejamento Urbano. A Sra. Emilene Freitas solicitou uma diligência ao local visto que as informações foram passadas somente depois da última reunião. O Sr. Mauro Lobato respondeu que ela poderia ter feito essa solicitação por e-mail antes da reunião, mas que passaria aos membros a discussão. A Sra. Márcia Lopes ressaltou que do ponto de vista técnico está tranquilo, pois não caberia aos Conselheiros tal análise, que o problema é a demanda judicial na área, por isso ela pediu vistas e não vê necessidade de vistoria mas que gostaria de uma manifestação do MP, para confirmar o cumprimento do TAC, O Sr.

Guilherme Indiano ressaltou que são demandas separadas, que o TAC está cumprido e será aberto um novo processo contra a nova intervenção. Segundo ele, foi dada ciência em 17 de dezembro de 2020, no processo integral e não terá mais nenhuma inclusão. A Sra. Emilene Freitas questionou se depende do COMMAM a extinção do TAC o que foi respondido negativamente pelo Dr. Guilherme Indiano. Segundo ele, o outro processo de intervenção junto ao MP, seguirá independente do COMMAM autorizar ou não. O que está sendo pedido é a regularização da obra junto a Prefeitura. O Sr. Roni Nazário e a Sra. Conceição Lima ressaltaram que uma compensação sugerida pela empresa, de 15 mudas de Pequi, é muito pouco e o Dr. Guilherme Indiano ressaltou que é somente uma sugestão. A Sra. Márcia Lopes ressaltou que apesar de esclarecida a parte jurídica, a falta de solicitação de autorização anterior a realização da obra pelo empreendedor, foi uma decepção para o Conselho, até pelo conhecimento que o mesmo tem acerca da legislação ambiental. O Dr. Guilherme Indiano ressaltou que reconhece o erro, censurou os proprietários e que agora tenta a regularização. O Sr. Mauro Lobato colocou em votação a aprovação da intervenção em APP com a discussão sobre as medidas compensatórias sendo feitas a seguir. Todos os membros presentes com direito a voto Sr. Mauro Lobato Martins, Sra. Márcia Helena Costa, Sra. Márcia Adriane Lopes, Sr. Múcio Túlio Teixeira Alvim, Sra. Conceição Lima Lopes, a Sra. Raisa Karina Costa, Sr. Roni Nazário de Oliveira, Sra. Emilene Freitas e a Sra. Isabella Vieira Santos foram favoráveis a emissão da autorização. Passando a discussão sobre a condicionante ambiental o Sr. Mauro Lobato ressaltou que doação de pequizeiro não é interessante. A Sra. Márcia Lopes ressaltou que a Praça Chico Xavier está precisando de intervenções. Ficou definido que a Secretaria de Meio Ambiente fará o levantamento das obras da Praça e trará na próxima reunião do Conselho. Nesta será feita a discussão entre o COMMAM e o empreendedor e será definida a compensação. Passando a discussão do segundo item da pauta, análise de solicitação para intervenção em Área de Preservação Permanente para fins de implantação de rede coletora de esgoto da COPASA na área do Córrego da Biquinha. O Sr. Mauro Lobato explicou que no local não existe alternativa locacional para construção da rede de esgoto e rede de água pluvial. Sem a rede de esgoto construída, o esgoto cai diretamente no córrego. A obra ajudará na recuperação do recurso hídrico. O Sr. Múcio Alvim ressaltou que esse problema já se arrasta desde 2016. A Sra. Isabella Vieira explicou que a COPASA conseguiu uma parceria com o empreendedor do loteamento e ele propôs construir a drenagem, o que seria responsabilidade da Prefeitura e isso se arrasta há 3 anos. A Sra. Márcia Lopes ressaltou que se a obra não for bem-feita, podemos ter um problema igual ao da Lagoa de Santo Antônio. Mauro explicou que o problema pode ser maior do que está sendo avaliado, então é necessário mais estudos que a Prefeitura não dispõe. Segundo ele, corre

o risco de ser um grande volume de água na drenagem, o que pode gerar problemas. Ele achou melhor pedir mais informações ao empreendedor e obter os projetos, para o Meio Ambiente e Planejamento analisarem conjuntamente. Também será agendada uma visita ao local, com os membros que tiverem disponibilidade. O Sr. Múcio Alvim solicitou que as reuniões sejam agendadas todas segundas terças-feiras do mês para os membros se organizarem melhor. O Sr. Mauro Lobato ressaltou que seguirá essa solicitação, mas precisa agendar a próxima reunião para o dia 14/03/2021 a fim de analisar a condicionante da 1.000 Rotas e a intervenção da COPASA. A Sra. Márcia Lopes solicitou que coloque na Ata que a insegurança jurídica do processo da 1.000 Rotas, foi resolvida quando o Dr. Guilherme Indiano afirmou que o processo está somente no Ministério Público como ciente pelo Promotor. Não havendo mais a tratar, encerra-se a presente reunião às 16:46.